

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 04/2011**

Período: 26/03/2011 – 01/04/2011

GEDES – Brasil

- 1- Novas polêmicas a respeito da criação da Comissão da Verdade e dos documentos do regime militar
- 2- Brasil mantém recursos e liderança da força militar da Minustah
- 3- Medida provisória institui a Secretaria de Aviação Civil (SAC)
- 4- Empresa Brasileira de Aeronáutica anuncia novas aquisições para o setor de defesa
- 5- Regimes militares brasileiro e argentino são comparados quantitativamente
- 6- Major Curió é detido por porte ilegal de arma
- 7- Exposição “Registro de uma Guerra Surda” traz a público 220 documentos do regime militar

1- Novas polêmicas a respeito da criação da Comissão da Verdade e dos documentos do regime militar

Conforme noticiou o periódico *Folha de S. Paulo*, o Clube Militar realizou no dia 25/03/11 o painel "A Revolução de 31 de Março de 1964", tendo como expositores Sergio de Avellar Coutinho, general da reserva, Ives Gandra Martins, advogado, Sandra Cavalcanti, ex-deputada federal, e como mediador Rodrigo Constantino, economista. O painel foi exposto a 200 pessoas, e os relatos apontaram o golpe de 1964 como decisivo e necessário para conter o avanço do comunismo. Alguns dos expositores também recriminaram o projeto do governo que prevê o estabelecimento da Comissão da Verdade sobre o regime militar (1964-1985), alegando que o escopo dessa comissão é distorcer a história. Segundo documentos do Comando da Marinha analisados pela *Folha*, a Força dos Fuzileiros da Esquadra, na chamada “Operação Papagaio” (datada de 1972, no atual estado do Tocantins) tinha por objetivo não apenas aprisionar os dissidentes, mas também executá-los. Esta afirmação encontra-se clara no termo “eliminar” atribuído a ação a ser executada a respeito dos militantes do Partido Comunista do Brasil. De acordo com o jornal, 175 documentos sigilosos, em sua maioria a respeito do regime militar, tornaram-se públicos com a autorização da Câmara dos Deputados, e estão disponíveis em sua biblioteca. Alguns destes documentos tratam de assassinatos com motivação política, como o que ocorreu com Edval Lemos, ex-prefeito de Marechal Deodoro, em Alagoas. Neste mesmo estado, um oficial da Aeronáutica constatou 32 crimes do mesmo tipo, no período entre 1947 a 1967. (Folha de S. Paulo – Poder– 26/03/11; Folha de S. Paulo – Poder – 27/03/11)

2- Brasil mantém recursos e liderança da força militar da Minustah

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah), que desde 2004 tem o Brasil como líder da força militar, prosseguirá sob chefia brasileira, segundo a deliberação da Organização das Nações Unidas (ONU) divulgada por Ban Ki-moon, secretário-geral da Organização. O brasileiro Luiz Eduardo Ramos Pereira, general de

divisão, será o novo chefe da área militar da missão e terá o desígnio de comandar 12 mil militares e policiais nacionais e estrangeiros que participam da Minustah. Ao manter a posição de liderança, o governo brasileiro não fará cortes no orçamento destinado a Minustah. Segundo o comandante do Exército, general Enzo Martins Peri, o corte de aproximadamente R\$ 4,38 bilhões no orçamento do Ministério da Defesa em 2011, não afetará os recursos da operação. O principal motivo, de acordo com Peri, é o prestígio internacional que o Brasil conquistou ao liderar a missão de paz. Após com o terremoto no Haiti em 2010, o centro de treinamento das Forças Armadas Brasileiras, responsável por preparar militares para atuarem em missões de paz, teve um acréscimo em 130% no seu efetivo. No mesmo ano, a Minustah registrou 2.194 brasileiros, quase o dobro de militares presentes no ano de 2009. Além da atuação no Haiti, o Brasil possui oficiais e observadores militares em outras dez missões de paz da ONU ao redor do mundo. O fortalecimento do centro de treinamento instituído em 2005, com sede no Rio de Janeiro, está previsto na Estratégia Nacional de Defesa e a expectativa é de que, ainda em 2011, tenha um novo prédio e treine 450 militares das três Forças. Em 2010, o centro foi renomeado para Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (Ccopab) e integrou Exército, Marinha e Aeronáutica, com o objetivo de agregar e agir rapidamente em grandes missões. Programas e técnicas foram incorporados ao Ccopab com a finalidade de credenciar o Brasil para atuar em "qualquer missão, de qualquer natureza, no mundo inteiro", segundo o comandante do Exército. Contudo, quem define a presença do Brasil nesse tipo de operação é o presidente da República e o Congresso Nacional. (Folha de S. Paulo – Mundo – 26/03/11; Folha de S. Paulo – Mundo – 29/03/11).

3- Medida provisória institui a Secretaria de Aviação Civil (SAC)

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o Diário Oficial da União publicou no dia 18/03/11 a medida provisória que estabelece a Secretaria de Aviação Civil (SAC), que será responsável pelos assuntos de aviação civil, antes legados ao Ministério da Defesa. A SAC possuirá status de Ministério, estando, portanto, vinculada à Presidência da República, e comandará a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero). A SAC terá como objetivo a elaboração de planos no que concerne a melhorias no setor aeroportuário, podendo transferir aos estados, Distrito Federal e municípios a instituição, gerência e manutenção dos aeroportos. (O Estado de S. Paulo – Opinião – 26/03/11)

4- Empresa Brasileira de Aeronáutica anuncia novas aquisições para o setor de defesa

Conforme publicou o periódico *O Estado de S. Paulo*, Frederico Curado, presidente da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), anunciou que a empresa possivelmente realizará novas compras no que tange ao setor de defesa. De acordo com Curado, é importante diversificar as parcerias, para que a corporação não seja afetada devido aos problemas domésticos de determinado país; além disso, asseverou que o mercado brasileiro tende a se consolidar naturalmente, e frisou que a Embraer possui potencial e deseja se

estabilizar na área. No dia 15/03/11 a Embraer noticiou a aquisição de 64,7% do capital social da divisão de radares da OrbiSat da Amazônia S/A. A empresa acredita que seus ganhos financeiros no âmbito da defesa serão similares ao ano de 2010, por volta de US\$ 600 milhões; e devido a confiança na restauração dos mercados de aviação (civil e comercial), a Embraer estima que sua receita líquida esse ano seja superior aos US\$ 5,3 bilhões obtidos em 2010. (O Estado de S. Paulo - Economia - 26/03/11)

5- Regimes militares brasileiro e argentino são comparados quantitativamente

O jornal *Folha de S. Paulo* apresentou uma comparação quantitativa a respeito dos regimes militares estabelecidos na Argentina e no Brasil nas décadas passadas. Segundo o periódico, o número de processos contra militantes políticos é de 350 na Justiça Militar da Argentina, enquanto o número no Brasil chega a 7400. Além disso, o número de desaparecimentos e assassinatos no Brasil é muito inferior (em torno de 500) quando comparado à Argentina, que pode chegar a 30 mil. Segundo a *Folha*, a vizinha sul-americana é reconhecida por julgar e incriminar ex-oficiais ligados a crimes no período do regime, o que não ocorre no Brasil devido a Lei da Anistia, de 1979. (Folha de S. Paulo – Mundo – 27/03/11)

6- Major Curió é detido por porte ilegal de arma

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o oficial da reserva Sebastião Rodrigues de Moura, conhecido como Major Curió, um dos líderes da repressão à Guerrilha do Araguaia (1972-1975), foi solto após sua detenção por porte ilegal de arma. Sua prisão ocorreu no dia 29/03/11, durante uma operação de busca e apreensão realizada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, com o objetivo de encontrar documentos que possam revelar a localização dos corpos dos militantes políticos que participaram da guerrilha. Durante a operação foi encontrada uma arma sem registro, ocasionando a prisão do Major Curió, que entrou com um habeas corpus em seguida. (Folha de S. Paulo – Poder – 01/04/11)

7- Exposição “Registro de uma Guerra Surda” traz a público 220 documentos do regime militar

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o Arquivo Nacional inaugurou no dia 01/04/11 a exposição “Registro de uma Guerra Surda” no qual 220 documentos do regime militar (1964-1985) estão abertos ao público. Entre os destaques estão os originais do Ato Institucional nº 5 e a ata da reunião do conselho de ministros que discutiu sua edição, além de pareceres da censura contra composições de artistas. A exposição é fruto do projeto “Memórias Reveladas”, cujos patrocinadores são empresas estatais, que reuniram um acervo de 16,8 milhões de páginas de arquivos estaduais e federais. Segundo o diretor-geral do Arquivo Nacional, Jaime Antunes, “a exposição demonstra a vontade da instituição de tornar públicos os arquivos”, além de ajudar no projeto de uma nova Lei Geral de Acesso à Informação, que está parado no Senado. Para Antunes, deve-se buscar uma alternativa para o acesso universal aos arquivos

públicos, ressaltando a necessidade de “transparência pública”. (Folha de S. Paulo – Poder – 01/04/11)

SITES DE REFERÊNCIA

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

****Equipe:**

Alexandre Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Ana Paula Silva (Supervisora, mestranda em História), Diego Barbosa Ceará (Redator, mestrando em História, bolsista FAPESP); Etelmar Cristina Citrângulo Morente (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Fred Maciel (Redator, mestrando em História); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Mariana de Freitas Montebugnoli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victor Missiato (Redator, mestrando em História, bolsista CAPES)